



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 032/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10071/2012.

Anexo: Processo nº 10077/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Senhor Pedro Garcia, Prefeito Municipal.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 79/2012-DCAMI (fls. 1583/1612) e Informação nº 864/2014-DICOP (fls. 1657/1658).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1784/2014-MP-JBS (fls. 1631/1654), do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em parcial consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **DESAPROVAÇÃO** das **Contas Anuais do Prefeito do Município de São Gabriel da Cachoeira, referente ao exercício de 2011**, sob a responsabilidade do Sr. **Pedro Garcia**, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 127 da Constituição Estadual de 1989, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 1º, I e art. 29 da Lei nº 2.432/96, e art. 3º da Resolução TCE nº 09/87.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 032/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 24 de junho de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 032/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 032/2015)

1- Processo TCE nº 10071/2012.

Anexo: Processo nº 10077/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Senhor Pedro Garcia, Prefeito Municipal.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 79/2012-DCAMI (fls. 1583/1612) e Informação nº 864/2014-DICOP (fls. 1657/1658).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1784/2014-MP-JBS (fls. 1631/1654), do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2011.

Contas Irregulares. Glosa. Multas. Remessa dos autos ao TCU. Notificação do responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **nos termos do voto do Exma. Sra. Conselheira-Relatora, em parcial consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 – Á unanimidade:

9.1.1 – Julgar IRREGULARES as Contas Anuais do Município de São Gabriel da Cachoeira, referente ao exercício de 2011, tendo como responsável o Sr. Pedro Garcia, nos termos do art. 1º, II e art. 22, III, “b”, da Lei nº 2.423/96, c/c art. 5º, II e art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;

9.1.2 - Aplicar GLOSA no valor total de **R\$ 331.562,52 (trezentos e trinta e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos)** referente à:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 032/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 032/2015)

- a. ausência de comprovação de forma documental da destinação do recurso debitado na conta corrente nº 0.592-4 agência nº 1136-3 do Banco do Brasil, no valor de R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), no dia 23 de Dezembro de 2011 (item 10.3 deste Voto);
- b. total do débito apurado do débito apurado no Laudo Técnico nº 17/2012-DCOP (fls. 326/357), com o valor retificado para R\$ 189.562,52 (Cento e Oitenta e Nove Mil Quinhentos e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta e Dois Centavos), pela Informação nº 864/2014-DICOP (fls. 1657/1658).

9.1.3 - Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do débito aos cofres da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da condenação deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

9.1.4 - REMETER os autos ao TCU para que possam ser analisadas as irregularidades tratadas no item 10.13 do Voto (relativo aos itens 15 e 16 do Relatório Conclusivo nº 79/2012-DCAMI - fls. 1583/1612).

9.1.5 - NOTIFICAR o Sr. Pedro Garcia, Prefeito e ordenador de despesas do órgão à época, com cópia do Relatório/voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso.

9.2 – Por maioria:

9.2.1 - Aplicar MULTA ao Sr. Pedro Garcia, Prefeito e ordenador de despesas à época, no valor de R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), referente aos atrasos nos meses de janeiro a dezembro de 2011, no envio de informações da movimentação contábil da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira via Sistema ACP, nos termos do art. 308, II, da Resolução TCE nº 04/2002, conforme quadro demonstrativo restrição 01 do Relatório Conclusivo nº 79/2012-DCAMI;

9.2.2 - Aplicar MULTA ao Sr. Pedro Garcia, Prefeito e ordenador de despesas à época, no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, nos termos do art. 308, VI, da Resolução TCE nº 04/2002, c/c art. 54, II, da Lei nº 2.423/96, pelas impropriedades descritas pela DCOP nos itens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6, 9.7, 9.8, 9.9, 9.10, 9.11, 9.12, 9.13, 9.14, 9.15, 9.16, 9.17, 9.18, 9.19 e 9.20 deste Voto e pelas irregularidades relatadas pela DICAMI nos itens 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6, 10.7, 10.8, 10.9, 10.10, 10.11, 10.12, 10.13, 10.14, 10.15, 10.16, 10.17, 10.18, 10.19, 10.20, 10.21 e 10.22 do Voto.

9.2.3 - Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 032/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 032/2015)

ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Vencida a preliminar suscita pelo Conselheiro Raimundo José Michiles. Vencido o destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles no tocante à redação das multas aplicadas. Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

9- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 24 de junho de 2015.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: C9A8B6EA-C429E3E9-0C8F73FC-537BC3F5